

# **PROFISSIONAIS DO MERCADO: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DE BELÉM DO PARÁ**

**Edson Paiva Soares Neto**, Mestre em Ciências Sociais, Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, ppgcs.edsonpaiva@gmail.com

**Andréa Bittencourt Pires Chaves**, Doutora em Ciências Sociais, Professora e Pesquisadora da Faculdade de Ciência Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, andreachaves@ufpa.br

**Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos**, Doutora em Educação, Professora da Graduação em Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Pará, tefam@ufpa.br

## **INTRODUÇÃO**

A Reestruturação Produtiva do capital apontou para uma interdependência não só econômica entre setores, mas também uma convergência dos modelos de gestão do trabalho, como exemplo as Políticas e práticas de formação dos trabalhadores: práticas de autogestão, ênfase em qualidade (orientação para eficiência operacional, redução de custo e padronização de processos) e ideologias de cooptação laborativa, que incidem desde o trabalhador fabril ao trabalhador do conhecimento, um professor, por exemplo (ANTUNES, 2006).

Essa ofensiva do capital é também identificada no setor educacional superior brasileiro: em 2007, deu-se início a abertura de capital e participação na bolsa de valores de quatro Instituições de Ensino Superior (IES) privadas:

Anhangüera Educacional, Kroton Educacional, Estácio Participações e Sistema Educacional Brasileiro.

No ano seguinte, com aporte de fundos de investimentos, uma onda de fusões e aquisições no Brasil deram origem às corporações educacionais e o incremento da cultura do *management*: racionalização técnica e tecnológica no controle e redução de custos, uso de indicadores econômico-financeiros e busca de “simbiose” (PEREZ, 2016).

Esta pesquisa se propõe a discutir a mercantilização da educação superior no Brasil, a qual movimentou R\$ 24 bilhões de reais em 2009, elevando-se para R\$ 54,4 bilhões em 2016. Além da expansão econômica, justifica-se a pesquisa pelo: 1) número de matriculados em IES Privadas (82,3% dos ingressantes em 2016), os quais 2.657.462 milhões de matrículas dos estudantes em IES privadas estão concentrados nos 12 maiores grupos educacionais privados<sup>i</sup> e 2) os impactos da mercantilização na relação capital e trabalho docente.

O objetivo do estudo foi analisar as Políticas e práticas de formação dos trabalhadores docentes de graduação presencial que são realizadas pelas IES Privadas de Belém do Pará, especificamente suas principais políticas e práticas, tempo dedicado no processo formativo e as possíveis repercussões dessa formação para o docente.

Adotou-se como parâmetro investigativo a amostra probabilística em 15 IES Privadas, de uma população estimada de 1939 professores da capital paraense, (INEP, 2013). A parametrização estatística corresponde a 52% da amostra ou 168 questionários preenchidos e foi coletado em janeiro de 2016 a dezembro de 2017.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A nova forma de gestão do trabalhador docente tem na assimilação de experiências e práticas subjetivas, uma nova estratégia de extração de valor

pelas IES Privadas: a “experiência profissional” conecta o currículo acadêmico às necessidades de mercado.

Daí deriva, em seus aspectos comuns, os discursos de empregabilidade e trabalhabilidade utilizados pelas IES privadas como estratégia de ensino que “possibilita” acessar posições e ser um vencedor: se não conseguir um emprego, tenha um trabalho! Enaltece-se o indivíduo capaz de superar as adversidades por si só e atenuam-se as barreiras estruturais e culturais para o acesso ao mercado de trabalho. As campanhas publicitárias são um bom exemplo desse espírito *self made man/woman* ou precarizado do futuro trabalhador diplomado no Brasil: “Faça um curso superior e se posicione melhor no mercado!”, “Garanta seu futuro!”, “Professores atuantes no mercado de trabalho”.

É pertinente observar que o perfil exigido dos trabalhadores docentes pelas IES privadas se concentra na atuação no mercado profissional, em detrimento da atividade de pesquisa científica nas IES: Para 63% dos docentes, as IES não possuem política institucional que incentiva a formação de pesquisadores; 62% dedicam pouco tempo à extensão. Sinal de contradição com a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), no capítulo IV (da educação superior), artigo 43, incisos III e VIII que considera papel da IES o desenvolvimento científico da investigação, da promoção e difusão de pesquisa e tecnologias geradas na instituição.

Conforme os docentes pesquisados, as IES Privadas ao abordarem sobre as políticas educacionais no país cercam-se nas “regras do jogo”, na análise dos critérios necessários para se alcançar uma boa nota no MEC.

Os maiores impactos no desenvolvimento dos docentes são provenientes dos Programas de Pós-graduação e pesquisa realizados individualmente (41%) nos referidos Programas: 60% da amostra possui mestrado e 51% tem até 39 anos. Quanto às práticas formativas oferecidas pelas IES, apenas 26% afirmaram que estas trouxeram um grande impacto profissional. Em média, das 50 horas de carga horária de desenvolvimento profissional nos últimos 18 meses, 28 horas foi realizada por mera obrigação com a IES, sem maiores impactos na formação docente.

De acordo com a pesquisa, aumentaram as exigências das políticas institucionais aos docentes. Dentre alguns aspectos, destacam-se: 1) exigência de titulação de Mestre ou Doutor e de publicação científica 2) “A ordem é encantar os clientes!”: possuir redes de relações profissionais entre docentes e clientes (acadêmicos e público externo à Instituição); 3) Desenvolver um *perfil gerencial e empreendedor*: capacidade de autogestão e foco em soluções; 4) “Os mais questionadores são desligados!”: “voluntarismo” e/ou obediência às regras institucionais.

Para os professores, a prática docente é considerada muito elevada para as seguintes exigências: assiduidade (89%), elaboração de provas (81%), lançamento de notas (80%), adaptação de modelos de avaliação a exames do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (76%), disciplina com prazos (76%), 94% dos pesquisados procuram atingir as metas, com intuito de evitar sanções pela IES.

Os professores pesquisados dedicam, sem exagero na afirmação, o tempo de vida ao trabalho: 49% trabalham em dois turnos; 67% possuem outra atividade profissional; 22% trabalham em três turnos; são trabalhadores “muito ocupados”, como costumam se autoqualificar. Curiosamente, o que os levou à docência foi a oportunidade de renda (47%), em contraste com os que escolheram a docência nas IES privadas pela possibilidade de trabalhar com pesquisa e extensão (1%).

## **CONCLUSÕES**

O estudo em questão das políticas e práticas de formação docente pelas IES Privadas pode contribuir para evidenciar que a lógica mercadológica restringe a capacidade formativa dos trabalhadores docentes. A atuação docente está voltada para ministrar conteúdos em sala de aula e realizar atividades administrativas que exigem tempo e dedicação, além do expediente de trabalho.

Não se fala em interesses antagônicos entre patrões e empregados, mas sim em trabalho em equipe, colaborativo, voluntarioso; tampouco, de relações de cima para baixo (ainda que esteja presente). Pelo contrário, dissemina-se a

ideia da horizontalização das relações; a vigilância do trabalho ganhou novos contornos: a meritocracia e suas representações na forma de autogestão e autocontrole.

Caminhamos para uma educação superior com trabalhadores docentes que conhecem a qualidade como aceitação de gestão com viés economicista-funcionalista, mas que não permite desenvolver educação com qualidade crítica e questionadora que pensa além da simples reprodução da força de trabalho. O domínio do lucro alcançou novos níveis: um trabalhador docente dócil, voluntarioso e funcionalista. A destruição criativa dos negócios está levando a uma destruição crítica da educação?

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A Era da Informatização e a época da Informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo. Ed. Boitempo, 2006.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acesso em: 22 Jun. 2018.

HOPER EDUCAÇÃO. **Análise setorial da educação superior privada 2017**. Disponível em: <https://www.hoper.com.br/mercado>. Acesso em 22 Jun 2018

PEREZ, Fabíola. **Gigantes da educação**. *Revista Isto É*. São Paulo, 21.01.2016. Edição 2481. Caderno & Negócios. Disponível em: [http://isto.com.br/294090\\_Gigantes\\_da\\_educacao](http://isto.com.br/294090_Gigantes_da_educacao). Acesso em 05.08.2016.

---

<sup>i</sup> A partir de Hoper (2017), a participação no mercado em %, em 2016: Kroton (14,4), Estácio (7,2), Unip (6,6), Laurete (4,1), Uninove (2,2), Ser Educacional (2,3), Cruzeiro do Sul (1,7), Anima (1,4), Devry (atualmente Widen) (1,2), Unicesumar (1,1), Ilumino (0,8), Grupo Tiradentes (0,8).